

EDITORIAL

Prezados(as) integrantes da Rede de Ética do Poder Executivo Federal,

Iniciamos o ano de 2026 reafirmando a ética pública como pilar da democracia e da atuação estatal. Este novo ciclo institucional convida à renovação de compromissos e ao fortalecimento de valores que sustentam a integridade, a transparência e a confiança da sociedade nas instituições públicas.

Nesta edição, apresentamos as principais atividades desenvolvidas no período e destacamos iniciativas que refletem o compromisso permanente da Comissão de Ética Pública (CEP) com a orientação, a prevenção e o aprimoramento da governança ética.

Na seção **Ética nos Órgãos**, espaço dedicado à divulgação de ações de interesse da Rede de Ética Pública, destacamos os eventos mais recentes que contaram com a participação da CEP, evidenciando atuação do Sistema na promoção do diálogo, na difusão de boas práticas e no fortalecimento da cultura ética no serviço público.

No **CEP Informa**, trazemos atualizações sobre o Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética, com destaque para a segunda etapa do certame, a Fase de Avaliação, em que as práticas admitidas são analisadas pelo Comitê Avaliador, conforme os critérios do Edital. O concurso reafirma o reconhecimento de iniciativas que contribuem para o fortalecimento da ética na administração pública.

No espaço **Minuto da Ética**, refletimos sobre a relação indissociável entre ética, democracia e serviço público. O texto ressalta que a ética vai além do cumprimento formal de normas, constituindo a base da confiança entre o Estado e a sociedade. À luz dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, reafirma-se que a democracia é uma construção contínua, sustentada por instituições sólidas e por agentes públicos comprometidos com valores éticos, cujas decisões impactam diretamente a legitimidade do poder público e o Estado Democrático de Direito.

Reiteramos que este Boletim é um instrumento de construção coletiva. A Comissão de Ética Pública permanece à disposição para receber sugestões de conteúdos, relatos de boas práticas e contribuições das comissões setoriais, fortalecendo, de forma colaborativa, a cultura da ética no serviço público ao longo de 2026.

Brasília, janeiro de 2026

Secretaria-Executiva da CEP

CEP INFORMA



[CEP divulga resultado da segunda fase do XI Concurso de Boas Práticas](#)

Atualização do Cadastro das Comissões de Ética Setoriais

MANTENHA ATUALIZADO O CADASTRO DE SUA COMISSÃO DE ÉTICA SETORIAL!

Sempre que houver qualquer mudança na composição, telefone ou e-mail de contato, avise-nos, preenchendo o formulário disponível na página da CEP.

[Clique aqui para acessar](#)



COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 - Brasília/DF - (61) 3411-2924
<http://www.gov.br/planalto/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/etica-publica/cep>

ÉTICA NOS ÓRGÃOS

DESTAQUES RECENTES



[Presidente da CEP prestigia audiência sobre protocolos humanizados às vítimas de violência](#)



[Conselheira Marcelise Miranda participa de evento sobre Integridade Pública e prevenção ao assédio e discriminação promovido pelo MIR](#)



[Conselheira Marcelise Miranda participa do II Seminário de Integridade: Ética e Gestão Pública](#)

**SUA COMISSÃO TEM
PROMOVIDO AÇÕES E/OU
EVENTOS RELACIONADOS
À ÉTICA?**

Envie para o e-mail eticase@presidencia.gov.br ações, cursos, seminários, encontros, palestras ou oficinas de interesse da Rede de Ética Pública. Mostre as ações de sua Comissão e vamos juntos disseminar a cultura da Ética no serviço público.



COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 - Brasília/DF - (61) 3411-2924
<http://www.gov.br/planalto/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/etica-publica/cep>

LEMBRE-SE!

O Boletim é um instrumento de todo o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e, como tal, conta com a colaboração de vocês, integrantes desse tão importante grupo.

Assim, quando a comissão de ética de seu órgão/instituição promover algum evento ou desenvolver alguma ação que possa ser compartilhada com o SisÉtica, solicitamos que enviem um e-mail para eticase@presidencia.gov.br com informações pertinentes para que possamos divulgá-las a todo o Sistema. Ressaltamos que na página da CEP tem uma [área destinada a assuntos de interesse das comissões de ética setoriais](#) e que no mesmo local há um [espaço exclusivo à divulgação dos eventos promovidos por vocês](#).

Da mesma forma, no mesmo ambiente inserido dentro da página da CEP, armazenamos [todas as edições do Boletim Informativo](#). Tão logo é enviado às comissões de ética setoriais, o documento também é incluído na página. Assim, se houver qualquer problema na distribuição por e-mail, todos podem acessá-lo diretamente na página da CEP.

Por fim, o Minuto da Ética é encaminhado a todo o SisÉtica, mas o texto e o tema abordado podem ser sugeridos por vocês! Basta que as contribuições sejam enviadas ao mesmo e-mail acima.

Sua participação é fundamental para que o Boletim apresente, cada vez mais, temas de interesse do Sistema.



EXPEDIENTE

**Boletim Informativo do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal
produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública**

Edição 90– Janeiro de 2026

Secretaria-Executiva (Gabinete)

Leonardo Câmara Pereira Ribeiro (Secretário-Executivo)

George Leite Alcantara

Lorena Crishana Dias da Silva Pedreira

Coordenador-Geral de Análise de Conflito de Interesses

Pedro Henrique Nascimento Zanon

Coordenadora-Geral de Análise de Processo Ético

Lilian Patrícia Casagrande

Coordenador-Geral do Sistema de Gestão da Ética

Fabio Boeres Juvencio

Textos e Diagramação

Eliane de Godoi Menezes

Revisão Final

Gabinete da Secretaria-Executiva da CEP

Minuto da Ética

Lorena Pedreira

Distribuição

Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética

MINUTO DA ÉTICA

Janeiro 2026

Ética, Democracia e Serviço Público: um compromisso permanente

A ética na administração pública não se limita a um conjunto de normas formais; constitui, antes, o alicerce da confiança entre o Estado e a sociedade. Uma conduta orientada pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência orienta a formulação e a execução de políticas públicas comprometidas com o interesse coletivo e com o fortalecimento da democracia. Nesse contexto, o exercício cotidiano do serviço público requer responsabilidade, discernimento e compromisso com valores que asseguram a integridade das instituições e a legitimidade das decisões administrativas.

Os acontecimentos de **08 de janeiro de 2023**, quando as sedes dos Três Poderes da República foram violentamente atacadas, representam um marco na história recente do país e um alerta inequívoco. Esse episódio evidenciou que a democracia não é um bem automático ou abstrato, mas uma construção permanente, que depende da atuação responsável de instituições sólidas e, sobretudo, de agentes públicos e cidadãos comprometidos com valores éticos e democráticos. A defesa do Estado Democrático de Direito passa, necessariamente, pela integridade da administração pública e pelo respeito às normas que regem a vida institucional brasileira.

Assim, cada agente público exerce papel fundamental. As condutas individuais, somadas, moldam a cultura organizacional e influenciam diretamente a percepção da sociedade acerca da lisura, da legitimidade e da credibilidade do poder público. Assim, a observância dos princípios éticos constitui um dever coletivo, indispensável à sustentação da confiança social e ao fortalecimento do pacto democrático. O Código de Conduta da Alta Administração Federal reafirma esse compromisso ao estabelecer que:

“No exercício de suas funções, as autoridades públicas deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança do público em geral.” (Art. 3º – Código de Conduta da Alta Administração Federal)

Essa diretriz explicita a relação indissociável entre **ética e democracia**. Quando o agir público se orienta por esses valores, contribui-se diretamente para a preservação da ordem democrática, o fortalecimento das políticas públicas e a promoção do bem comum. Partindo dessa premissa, a **Comissão de Ética Pública**, neste início de ano, saúda a todas e todos, e reafirma seu compromisso com a ética e com a democracia, reconhecendo que cada decisão, cada ato administrativo e cada relação institucional produzem impactos reais sobre a confiança da sociedade e sobre a solidez das instituições republicanas. Que a memória do 08 de janeiro fortaleça, em todos nós, a convicção de que a ética no serviço público não é uma opção, mas um princípio essencial à democracia brasileira e ao futuro do país.